

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
	Circulante				Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	796	111	Fornecedores	124	227
Contas a receber	4.261	4.682	Obrigações sociais	2.980	2.815
Impostos a recuperar	2.855	3.760	Obrigações fiscais	1.703	1.672
Mútuos a receber de partes relacionadas	27	28	Mútuos a pagar de partes relacionadas	743	6.506
Despesas antecipadas	299	213	Outras contas a pagar	347	202
Outras contas a receber	359	3.274		5.897	11.422
	8.597	12.068	Não circulante		
Não circulante			Obrigações fiscais	11.375	11.255
Impostos diferidos	-	6.922	Provisão para contingências	5.762	4.225
Impostos a recuperar	14.180	65	Provisão atuarial	424	417
Mútuos a receber de partes relacionadas	2.774	13.792		17.561	15.897
Depósitos judiciais	65	2.149	Patrimônio líquido		
	17.019	22.928	Capital social	25.772	22.772
Imobilizado	742	1.063	Reserva legal	165	165
Intangível	11	11	Adiantamento para futuro aumento de capital	9.278	3.000
	753	1.074	Prejuízos acumulados	(32.401)	(17.186)
	26.369	36.070	Outros resultados abrangentes	97	-
				2.911	8.751
			Total do passivo	26.369	36.070

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	2015	2014
	Receita operacional líquida	33.797
Custos dos serviços prestados	(27.280)	(31.947)
Lucro bruto	6.517	8.802
Recargas (despesas) operacionais		
Vendas	(2.526)	(1.773)
Gerais e administrativas	(12.039)	(12.580)
Outras receitas operacionais, líquidas	332	821
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(7.716)	(4.730)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(971)	(905)
Receitas financeiras	395	279
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.292)	(5.356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.922)	1.498
Prejuízo do exercício	(15.214)	(3.858)
Prejuízo por ação	0,59	0,17

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.772	165	-	-	(13.551)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.858)	(3.858)
Ajuste IR/CSLL diferido	-	-	-	-	(114)	(114)
Ajuste provisão processos trabalhistas	-	-	-	337	337	337
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	3.000	-	3.000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.772	165	-	3.000	(17.187)	8.751
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(15.214)	(15.214)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	9.278	-	9.278
Aumento de capital	3.000	-	-	(3.000)	-	-
Ajustes da provisão atuarial (plano médico)	-	-	97	-	-	97
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.772	165	97	9.278	(32.401)	2.911

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de reais)

1. **Contexto operacional:** A Protege S/A Serviços Especiais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes em automóveis tipo passeio e motocicletas; prestação de serviços de tesouraria para o mercado em geral; fornecimento e locação de mão de obra tais como: porteiros, recepcionistas, telefonistas, entre outros; serviços de limpeza, conservação, manutenção de imóveis, portaria e outros; monitoramento eletrônico e de imagem; assistência técnica preventiva de equipamentos e sensores, análise e gerenciamento de risco e consultoria em projeto de segurança. A Companhia está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Henrique Ongari, 89, possui filiais para prestação de serviços nos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Porto Alegre, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. **6. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis: **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia, e as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser mensuradas de forma confiável. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela A Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e sua parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou constru-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	2015	2014
	Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(15.214)	(3.858)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	323	329
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	2	1
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	(331)	1.039
Ajuste provisão atuarial (Reversões) / provisões para contingências, atuarial e outras provisões	97	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.544	3.147
	6.922	(1.498)
	(8.588)	(840)
Aumento (redução) dos ativos operacionais		
Contas a receber, líquidas	752	(975)
Impostos a recuperar	905	(1.116)
Despesas antecipadas	(86)	136
Outras contas a receber	2.290	(4.055)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(103)	156
Obrigações sociais	166	(441)
Obrigações fiscais	150	(107)
Outras contas a pagar e depósitos judiciais	144	(199)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(2.440)	(7.441)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3)	(23)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3)	(23)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos repassados a partes relacionadas	(6.150)	4.531
Aumento de capital	3.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.278	3.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.127	7.531
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	684	67
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	796	111
Saldo inicial	111	44
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	684	67

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	2015	2014
	Resultado do exercício	(15.214)
Provisão atuarial	97	-
Resultado abrangente total	(15.117)	(3.858)

tos concedidos e outras despesas bancárias. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **j. Normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11); • Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações das IAS 16 e IAS 38); • Melhorias anuais das IFRS de 2012-2014 (várias normas); • Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondente a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção Antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.